

→☆ continuação					
nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. 14. Patrimônio líquido Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 9.066 (em 2013, o mesmo valor). A composição acionária está distribuída das seguintes formas:					
Acionista	%	2014			
Mafe Energia e Participações S.A.	99%	8.975			
Mara Deisy Gil Dias	1%	91			
	100%	9.066			
Política de dividendos: Observado o disposto no artigo 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: i. Quota destinada à constituição de reserva legal; ii. Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; iii. Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.					
15. Receita líquida:		2014	2013		
Fornecimento		30.755	29.173		
Doações, contribuições e subvenções		15.800	25.544		
Outras receitas		780	2.723		
(-) PIS		(508)	(481)		
(-) COFINS		(2.337)	(2.217)		
		44.490	54.742		
O saldo registrado na conta "Receitas - a título de doações e subvenções para investimento" refere-se ao enquadramento da Companhia, conforme Resolução Autorizada nº 322, de 19/09/2005 a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta Consumo de Combustível (CCC). O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado mensalmente em parcelas correspondentes a energia comercializada com a concessionária, conforme o disposto no artigo 3º da Resolução Normativa nº 146, de 14/02/2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado em Reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente.					
16. Custos:					
Geração		2014	2013		
Custo de operação		(4.215)	(3.573)		
Operações com energia elétrica		(9.020)	-		
Suprimento de energia		(15.446)	(329)		
Depreciação e amortização		(5.996)	(5.971)		
Transmissão		(34.677)	(9.873)		
Depreciação e amortização		(741)	(740)		
		(741)	(740)		
		(35.418)	(10.613)		
17. Despesas administrativas:		2014	2013		
Impostos, taxas e contribuições		(922)	(564)		
Aluguéis e arrendamentos		(120)	-		
Outras despesas		(4.631)	(5.903)		
		(5.673)	(6.467)		
18. Depreciação e amortização:		2014	2013		
Amortização		-	(3.807)		
Depreciação		(422)	(412)		
		(422)	(4.219)		
19. Despesas indedutíveis:		2014	2013		
Brindes e doações		(65)	(130)		
Provisão/Reversão para contingências		4.567	(3.299)		
Perdas indedutíveis		(82)	(15.690)		
		4.420	(19.119)		
20. Resultado financeiro:		2014	2013		
Receitas financeiras					
Rendas		1.228	705		
		1.228	705		
Despesas financeiras					
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(3.210)	(3.990)		
Juros de mora		(8)	(8)		
Outras despesas		(40)	(34)		
		(3.258)	(4.032)		
		(2.030)	(3.327)		
21. Instrumentos financeiros (CPC 14): Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.					
	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)			
Caixa e equivalente de caixa	4.663	4.663			
Clientes	3.497	3.497			
Fornecedores	(2.515)	(2.515)			
Empréstimos e financiamentos	(38.407)	(38.407)			
	(32.762)	(32.762)			
Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. Financiamentos: O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado. 22. Gestão de riscos: Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.					
A Companhia possui contas a receber de cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. Risco de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte. Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.					
23. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos: A Companhia não opera com instrumentos derivativos. b. Índice de cobertura do serviço da dívida com o BNDES:					
A - Geração de caixa da atividade		2014	2013		
EBITDA		8.865	41.022		
IRPJ		-	-		
CSLL		-	-		
Variação do capital de giro		630	10.176		
B - Conta de consumo de combustível		9.495	51.198		
Benefício da conta consumo de combustível		15.799	25.544		
C - Serviço da dívida		15.799	25.544		
Amortização de principal		8.414	10.016		
Pagamento de juros		4.805	4.174		
		13.219	14.190		
D - Índice de cobertura do serviço da dívida = A + B/C		1,91	5,41		
24. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.					
Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente		Fernando Antonio Bertin - Diretor Administrativo Financeiro		Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora	
RG: 152.052 SSP/MT - CPF: 047.942.901-44		RG: 7.774.333 SSP/SP - CPF: 001.854.238-76		CRC 1MT0069790-0 "S" PA - CPF: 651.416.791-87	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis					
Aos Administradores e Acionistas da Curuá Energia S.A. - Cuiabá - MT. Examinamos as demonstrações contábeis da Curuá Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos		selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Entre as operações, há contratos cujo o pagamento das parcelas está condicionado a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado até o prazo de quitação da dívida, nos impossibilitando de avaliar a correta segregação da dívida no passivo circulante e não circulante, apurar a sobra de caixa para pagamento das parcelas, mensurar a possível incidência dos juros e correções, determinados em condição suspensiva no contrato e demais reflexos. Dessa forma ficamos impedidos de concluir nossas		análises sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31/12/2014. Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Curuá Energia S.A. em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Sem alterar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31/12/2014, apresentou o patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 38.381 mil., e que naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante no montante de R\$ 3.935 mil. Apesar das demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades, essas condições, indicam a existência de incerteza, quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, evidenciando a necessidade de aporte financeiro e o sucesso de suas operações para reversão dessa situação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Campo Grande, 7/12/2016. BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 MS 000992-F; Francisco de Paula dos Reis Junior - Contador - CRC 1 SP 139268/O-6-S-MT; José Martins Alves - Contador CRC 1 MS 009938/O-0-S-MT.	